

EDITORA



UnB

Expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil

Uma análise das tendências e
controvérsias no período
pós-LDB nº 9.394/96 (1997-2012)

José Vieira de Sousa
Girlene Ribeiro de Jesus
Cláudia Maffini Griboski
(organizadores)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

Expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil

Uma análise das tendências
e controvérsias no
período pós-LDB
nº 9.394/96 (1997-2012)

José Vieira de Sousa
Girlene Ribeiro de Jesus
Cláudia Maffini Griboski
(organizadores)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Coordenadora de Produção Editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Angela Gasperin Martinazzo
Haroldo Brito

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital
DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E96 Expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil : uma
 análise das tendências e controvérsias no período pós-LDB nº
 9.394/96 (1997-2012) / José Vieira de Sousa, Girlene Ribeiro
 de Jesus, Cláudia Maffini Griboski (organizadores). – Brasília
 : Editora Universidade de Brasília, 2021.
 328 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-017-6

1. Ensino superior. 2. Cursos superiores de tecnologia. 3.
Ensino profissional. I. Sousa, José Vieira de (org.). II. Jesus,
Girlene Ribeiro de (org.). III. Griboski, Cláudia Maffini (org.).
IV. Série.

CDU 378(81)

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Percentual de dirigentes vinculados às IES, por organização acadêmica.....	40
Gráfico 2 – Nível de formação dos entrevistados: dirigentes das IES .	41
Gráfico 3 – Nível de formação dos entrevistados: gestores de entidades públicas e privadas ligadas à educação superior	44
Gráfico 4 – Taxas de escolarização bruta e líquida na educação superior brasileira (2001–2013).....	110
Gráfico 5 – Variação do percentual das matrículas na graduação em geral e nos CSTs (Brasil, 1999–2013)	130
Gráfico 6 – Número de CSTs presenciais e a distância ofertados no Brasil (1997–2012).....	149
Gráfico 7 – Evolução do número de CSTs, presenciais e a distância, no Brasil (1997–2012)	151
Gráfico 8 – Evolução de matrículas em CSTs presenciais e a distância, no Brasil (1997–2012)	154
Gráfico 9 – Evolução de matrículas em CSTs por área de conhecimento, no Brasil (2007–2012).....	155
Gráfico 10 – Evolução de matrículas em CSTs na modalidade a distância, por região brasileira (2007–2012)	157
Gráfico 11 – Evolução de matrículas em CSTs na modalidade presencial, por região brasileira (1997–2012)	158
Gráfico 12 – Evolução do número de IES que ofereceram CSTs, por região brasileira (1997–2012)	159
Gráfico 13 – Evolução do número de IES que ofertaram CSTs, por categoria administrativa (Brasil, 1997–2012)	160

Gráfico 14 – Distribuição da oferta de CSTs presenciais e a distância, por região e categoria administrativa (Brasil, 2012).....	161
Gráfico 15 – Evolução de estudantes matriculados e concluintes em CSTs, por área (Brasil, 1997–2012).....	162
Gráfico 16 – Frequência dos temas nas verbalizações dos sujeitos da pesquisa, por áreas priorizadas	273
Gráfico 17 – Frequência dos temas nas verbalizações dos sujeitos da pesquisa: razões para a expansão	279

Lista de quadros

Quadro 1 – Relação entre conhecimento e interesse	24
Quadro 2 – IES que compuseram a amostra da pesquisa, por código, região, categoria administrativa e organização acadêmica.....	34
Quadro 3 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela UFSul, por eixos	60
Quadro 4 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela UENorte, por eixos	61
Quadro 5 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela UPSudeste, por eixos	63
Quadro 6 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelo IFSul, por eixos	64
Quadro 7 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelo IFCentro-Oeste, por eixos.....	66
Quadro 8 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelo IFNordeste, por eixos	68
Quadro 9 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelo CPSudeste. Por eixos	69
Quadro 10 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelo CP1Nordeste, por eixos	70
Quadro 11 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelo CP2Nordeste, por eixos	71
Quadro 12 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela rede FESudeste, por eixos	73

Quadro 13 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela FP1Norte, por eixos	74
Quadro 14 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela FP1Centro-Oeste, por eixos.....	75
Quadro 15 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela FP2Centro-Oeste, por eixos.....	76
Quadro 16 – Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela FP2Norte, por eixos	77
Quadro 17 – Cursos de tecnólogos implantados na década de 1970, no Brasil.....	106
Quadro 18 – Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2010)	142

Lista de tabelas

Tabela 1 – Condições de funcionamento das IES da amostra (Conceito Institucional e Índice Geral de Cursos), por código, categoria administrativa e ano de credenciamento	36
Tabela 2 – Sujeitos da pesquisa por códigos e vínculo institucional ..	39
Tabela 3 – Trajetória acadêmica dos dirigentes das IES	42
Tabela 4 – Formação acadêmica dos sujeitos da pesquisa: gestores de entidades públicas e privadas ligadas à educação superior	45
Tabela 5 – Evolução do número de cursos de graduação no Brasil (1999–2013).....	125
Tabela 6 – Quantitativo de CSTs por área	137
Tabela 7 – Número de CSTs presenciais e a distância, criados no Brasil entre 1997 e 2012, por regiões.....	150
Tabela 8 – Número de matrículas em CSTs presenciais e a distância no Brasil entre 1997 e 2012, por regiões	152



Lista de abreviaturas e siglas

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Anup	Associação Nacional das Universidades
Bird	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Capes .	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	Conceito de Curso
CEB	Câmara de Educação Básica
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
Ceet	Centros de Educação Tecnológica
Ceeteps	Centro Estadual de Educação Paula Souza
Centec	Centro de Educação Tecnológica
CES	Câmara de Educação Superior
CI	Conceito Institucional
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq .	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
Concefet	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica
Condetuf	Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais

Confea Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conif Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CPA Comissão Própria de Avaliação
CPC Conceito Preliminar de Curso
CSE Conselho Superior de Ensino
CST Curso Superior de Tecnologia
CSTs Cursos Superiores de Tecnologia
DAU Diretoria de Assuntos Universitários
DCN Diretrizes Curriculares Nacionais
DF Distrito Federal
EaD Educação a distância
e-MEC ... Sistema de Fluxo dos Processos de Regulação e Avaliação da Educação Superior
Enade Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Fatec Faculdade de Tecnologia
EPT Educação Profissional e Tecnológica
FEI Faculdade de Engenharia Industrial
FHC Fernando Henrique Cardoso
GTI Grupo de Trabalho Interministerial
Gepaes Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior
IES Instituições de Educação Superior
Ifes Instituições Federais de Ensino Superior
Ifet Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IGC Índice Geral de Cursos
Inep Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Insaes Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MTB	Ministério do Trabalho e Emprego
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
Prouni	Programa Universidade para Todos
Proep	Programa de Expansão da Educação Profissional
Poge	Políticas Públicas e Gestão da Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
Reuni ..	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Seed	Secretaria de Educação a Distância
Seres	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
Sesu	Secretaria de Educação Superior
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Semtec	Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SFE	Sistema Federal de Ensino
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UF	Unidade Federativa
UnB	Universidade de Brasília
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo



Sumário

Introdução	19
------------------	----

Capítulo 1

Percurso da pesquisa	29
----------------------------	----

Ivanildo Ramos Fernandes, José Vieira de Sousa, Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues, Valdinei Costa Souza

1.1 Objetivos e questões de investigação	29
1.2 Opções metodológicas.....	31
1.3 Universo e caracterização da amostra da pesquisa	32
1.4 Sujeitos da pesquisa	37
1.5 Dinâmica para a entrada no campo e instrumentos de coleta dos dados	78

Capítulo 2

Trajetória dos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil no período pré-LDB nº 9.394/96.....	85
--	----

Ana Lúcia Cunha Duarte, Camylla Portela de Araújo, Cláudio Amorim dos Santos, Paola Matos da Hora

2.1 Educação superior brasileira: uma reflexão a partir dos cursos superiores.....	85
2.2 Os Cursos Superiores de Tecnologia no cenário brasileiro: circunstância da inserção na década de 1960	89
2.3 A Reforma Universitária de 1968 e a inserção dos CSTs no ensino superior brasileiro.....	94
2.4 Marcos da política definida para os CSTs nas décadas de 1970 e 1980	98

Capítulo 3

Os Cursos Superiores de Tecnologia na reforma da educação profissional e tecnológica..... 113

Ana Paula de Matos Oliveira Rocha, Lukelly Fernanda Amaral Gonçalves, Jéssica Ferreira Santos, Luciana da Silva Castro, Paola Matos da Hora

3.1 Reorganização da educação superior na década de 1990..... 114

3.2 O processo de expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia 124

3.3 O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia..... 139

Capítulo 4

Retrato da expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia no período entre 1997 e 2012..... 145

Arlete de Freitas Botelho, Cláudia Maffini Griboski, Gírlene Ribeiro de Jesus, José Vieira de Sousa, Kelli Consuelo Almeida de Lima Queiroz

4.1 Perspectivas de análise e interpretação dos dados 146

4.2 Características da oferta dos CSTs: região do país, áreas de conhecimento, modalidades e aspectos do processo expansionista pós-LDB nº 9.394/96 149

4.3 Análise das percepções dos dirigentes das IES sobre o processo de expansão dos CSTs no campo da educação superior brasileira 163

4.4 A reconfiguração da oferta dos CSTs pós-LDB nº 9.394/96..... 192

4.5 A área da tecnologia na sociedade do conhecimento e seu diálogo com outras áreas.....217

Capítulo 5

Características e repercussões da expansão dos CSTs sobre a educação superior brasileira: *quo vadis?* 221

Arlete de Freitas Botelho, Cláudia Maffini Griboski, Girlene Ribeiro de Jesus, José Vieira de Sousa, Michelle Espíndola Batista

5.1 Razões para a expansão da oferta dos CSTs..... 221

5.2 Características dos processos de avaliação e regulação dos CSTs..232

5.3 Caracterização da oferta dos CSTs no período pós-LDB nº 9.394/96243

Considerações finais 281

Referências..... 289

A – Livros, periódicos e revistas289

B – Legislação, documentos e outras publicações302

Notas sobre os autores e autoras..... 317

Apêndice A

Roteiro de entrevista 325



Referências

A – Livros, periódicos e revistas

ALMEIDA JÚNIOR, Eurico Pedroso de; PILATTI, Luiz Alberto. Empregabilidade do formado nos cursos superiores de tecnologia do CEFET-PR: estudo de caso em médias e grandes empresas da região norte do Paraná. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 429-446, jul./set. 2007.

ALMEIDA, Flávia Oliveira de. Flexibilidade da oferta de cursos em nível superior: Cursos Superiores de Tecnologia e Cursos Sequenciais. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 3, p. 1-15, 2005.

AMARAL, Nelson Cardoso. *Financiamento da educação superior: estado x mercado*. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRADE, Andréa de Faria Barros. *Cursos Superiores de Tecnologia: um estudo de sua demanda sob a ótica dos estudantes*. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ARAÚJO, Jair Jonko; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Novos significados para educação profissional e tecnológica no instituto federal sul-rio-grandense: a política de criação dos institutos. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 247-265, jan./abr. 2016.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). *Estatuto*. Brasília, DF: ABMES, 1 abr. 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/estatuto>. Acesso em: 25 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). *Estatuto da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd*. Porto de Galinhas: ANPEd, 23 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/estatuto_anped_com_registro.pdf. Acesso em: 16 jan. 2017.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A educação como política pública*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASTOS, Carmem Célia Barradas Correia. As diretrizes curriculares para os cursos de graduação e a (in)flexibilidade na organização pedagógica da universidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., SEMANA DA PEDAGOGIA, 20., 11-13 nov. 2008, Cascavel. *Anais [...]*. Cascavel: Unioeste, 2008.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. *Cursos superiores de tecnologia: avaliação e perspectivas de um modelo de educação técnico-profissional*. Brasília: SENETE, 1991.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. O ensino médio, a grande questão. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 305-345, jan./dez. 1997.

BERTE, Roberto Sarquis. Cursos Superiores de Tecnologia: análise do contexto, do crescimento e da qualidade de cursos oferecidos no Brasil. *Competência*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 97-115, jul./dez. 2013.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDÃO, Marisa. Cursos superiores de tecnologia: democratização ao acesso ao ensino superior? *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 5, n. 5, 2007.

BRANDÃO, Marisa. O curso de engenharia de operação (anos 1960/1970) e sua relação histórica com a criação dos CEFET. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Brasília, v. 2, n. 2, nov. 2009, p. 55-77.

BRASIL. Ministério da Educação. *Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do Analfabetismo do Brasil*. Brasília: Inep, 2012a. Disponível em: www.oei.es/historico/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf. Acesso em: 17 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior e Resumos Técnicos, 2013*. Brasília: Inep, 2014a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados para download.zip.: Censo da Educação Superior e Resumos Técnicos – 1999-2013*. Brasília: Inep, [2014b]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 7 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC, 2004a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 7 set. 2016.

BUENO, Natália de Lima; LESZCZYNSKI, Sônia Ana C.; BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. Educando o educador do ensino fundamental para as questões tecnológicas: um olhar sobre a nova lei de ensino. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 21, p. 1-14, jan./abr. 2001.

CALBINO, Daniel; ALMEIDA, Juliane; PAULA, Ana Paula Paes de; SANTOS, Alexandre. Revisitando “O Futuro da Fábrica de Administradores”: a inexorabilidade do enfoque mercantil. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 6., 23-25 nov. 2009. *Anais [...]*. [S. l.]: Conivibra, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7693306-Revisitando-o-futuro-da-fabrica-de-administradores-a-inexorabilidade-do-enfoque-mercantil.html>. Acesso em: 10 set. 2016.

CAMPELLO, Ana Margarida; ALMEIDA, Alexandra; COSTA, Lygia Costa; CANDEIAS, Marcio Candeias; DE SETAS, Maurício; FARAH NETO, Miguel; RANGEL, Poliana Viana. O ensino como negócio: a expansão da oferta dos cursos de formação de tecnólogos em saúde no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, supl., p. 175-190, 2009.

CARVALHO, Rejane do Socorro da Silva. *Educação Profissional e Tecnológica: uma análise do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Saúde do Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Belém*. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; MICHELOTTO, Regina Maria. As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento. *Série-Estudos*, Campo Grande, v. 30, p. 267-281, jul./dez. 2010.

CHRISTOPHE, Micheline. *A legislação sobre a educação tecnológica no quadro da educação profissional brasileira*. Rio de Janeiro: Iets, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Contribuição da indústria para a reforma da educação superior*. Brasília: CNI/Sesi/Senai/IEL, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). *Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973*. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Rio de Janeiro: Confea, 1973.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). *Regimento*. Goiânia: Conif, 11 nov. 2015. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/images/Regimento---Versao-Aprovada-em-11-11-2015.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS ESCOLAS TÉCNICAS VINCULADAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS (CONDETUF). *Carta de Gramado – RS*. Gramado: Condetuf, 31 de maio de 2007. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/CONDETUF_Carta_de_Gramado.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020. 7 set. 2019.

CONGILIO, Célia Regina. Reestruturação do capital e políticas de Estado: repercussões no trabalho e na educação básica. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 24, p. 31-43, 1. sem. 2010.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, especial, p. 677-701, out. 2004.

CORDÃO, Francisco Aparecido. Educação Profissional: Cidadania e Trabalho. Entrevista concedida a Carlos Roberto Jamil Cury. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 46-55, jan./abr. 2006.

COSTA, Danilo de Melo; BARBOSA, Francisco; GOTO, Melissa M. Martinho. O novo fenômeno da expansão da educação superior no Brasil. *REUNA*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 15-29, jan./abr. 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CUNHA, Maria Isabel; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Qualidade e ensino de graduação: o desafio das dimensões epistemológicas e éticas. In: AUDY, Jorge Luís Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (org.). *Inovação e qualidade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. v. 1, p. 109-169.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. *Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia?*. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/uni_tec_inst_educ.pdf. Acesso em: 8 set. 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. Niterói: Xamã, 2003.

DUARTE, Ana Lúcia Cunha. *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): uma análise do uso dos resultados a partir do Curso de pedagogia da Uema*. 2013. 327f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. Gestão para a inclusão. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 26, p. 1-5, 2005.

FARTES, Vera; SANTOS, Adriana Paula Q. Oliveira. Saberes, identidades e autonomia na cultura docente da educação profissional e tecnológica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 143, v. 41, p. 376-401, maio/ago. 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 17, p. 161-180, 2008.

- FAVRETTO, Juliana; MORETTO, Cleide Fátima. Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 123, p. 407-424, abr./jun. 2013.
- FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A Educação Profissional nos PPA's dos Governos FHC e Lula. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 215-235, set./dez. 2010.
- FERREIRA, Suely. Reforma na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). *Linhas Críticas*, Brasília, n. 36, p. 455-472, maio/ago. 2012.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 45-60, 2003.
- GAMBOA, Sánchez Silvio. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da pesquisa educacional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 91-115.
- GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Liber Livro, 2007.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.
- GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de educação superior no Brasil: mudanças e continuidades. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Fernández Norberto. *Reformas e democratização da educação superior no Brasil e América Latina*. Aparecida: Ideias e Letras, 2011, p. 153-190.

GRIBOSKI, Claudia Maffini. *Regular e/ou induzir qualidade: Os cursos de pedagogia nos ciclos avaliativos do Sinaes*. 2014. 482f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LIMA FILHO, Domingos Leite. *A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa*. 2002. 380f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Formação de Tecnólogos: Lições da experiência, tendências atuais e perspectivas. *Boletim Técnico SENAC*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 1-15, set/dez 1999.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; LEITE, Denise. Políticas de Avaliação e Inovação da Educação Superior: influências na produção do conhecimento. In: LEITE, Denise; FERNANDES, Cleoni Barbosa (org.). *Qualidade da Educação Superior: avaliação e implicações para o futuro da Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 29-36.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *História das universidades*. São Paulo: Estrela Alfa, 1986.

LUCATO, Alfredo Heitor. *Contribuições dos Cursos Superiores de Tecnologia na educação profissional do trabalhador brasileiro*. 2014, 146 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

- MACHADO, Leandra Marcelle Cordeiro Valadares; MESQUITA, José Marcos Carvalho de. Atributos determinantes da escolha de um Curso de Graduação Tecnológica. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, São Gotardo, v. 8, p. 29-52, jul./dez. 2013.
- MALACARNE, Vilmar. *Os professores de química, física e biologia da Região Oeste do Paraná: formação e atuação*, 2007. 261f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MALDANER, Jair José. *O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil – período 2003-2015: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores*. 2016. 207f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os Economistas).
- NUNES, Edson de Oliveira; FERNANDES, Ivanildo; DE ALBRECHT, Julia Vogel. *O INSAES como agência reguladora atípica: análise a partir do PL nº 4.372/2012*. Documento de Trabalho n. 104. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2012.
- OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Cristina Aparecida Guardiano de. *O trabalhador-estudante no ensino superior: estudo de uma realidade*, 2003. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.
- OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes; VELOSO, Teresa C. M. Aguiar; SOUSA, Ana Maria Gonçalves. A reforma da educação superior e os mecanismos de parceria público-privada. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 323-348, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Lourival José de. Direito empresarial, globalização e o desafio das novas relações de trabalho. In: FERREIRA, Jussara S. A. Borges Nasser; RIBEIRO, Maria de Fátima (org). *Direito empresarial contemporâneo*. Marília: Unimar, São Paulo: Arte & Ciência, 2007. p. 137-172.

PACHECO, Eliezer. Apresentação. In: PACHECO, Eliezer (org.). *Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011. p. 3-32.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. *A Rede Federal de Educação Tecnológica e o Desenvolvimento local*. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf. Acesso em: 29 jan. 2017.

PHILIPS, Bernard S. *Pesquisa social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

PRETTI, Oreste; SOUSA, José Vieira de; SPELLER, Paulo. A educação no mundo contemporâneo. In: MENEZES, Mindé Baday; RAMOS, Wilsa Maria Ramos (coord.). *Programa de Formação de Professores em Exercício*. Módulo II – Unidade 1. Organização do Trabalho Pedagógico. Sistema Educacional Brasileiro. Brasília: MEC/Fundescola, 2004. p. 83-103.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

- ROCHA, Marisa Brandão. *Metamorfose dos cursos superiores de tecnologia no Brasil: política de acesso ao ensino superior em um estado burguês*. 2009. 268f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da Reforma Universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008.
- SAMPAIO, Helena. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2000.
- SANTOS, Deribaldo Gomes; JIMÉNEZ, Susana Vasconcelos. Graduação tecnológica no Brasil: aproximações críticas preliminares. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 15, n. 28, p. 171-185, jan./jun. 2009.
- SANTOS, Edméia Oliveira dos. Formação de professores e cibercultura: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, n. 17, p. 113-122. jan./jul., 2002.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica*, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010.
- SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Educação Contemporânea).
- SAVIANI, Dermeval. *As concepções pedagógicas na História da Educação Brasileira*. Campinas: HISTEDBR, 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.
- SAVIANI, Dermeval. Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1.231-1.255, 2007.

SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Mônica Ribeiro da. *Currículo e competências: a formação administrada*. São Paulo: Cortez, 2008.

SMANIOTTO, Sandra Regina Uliano. *Cursos Superiores de Tecnologia: percepção de mudanças entre os alunos não tradicionais*. 2006. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SMANIOTTO, Sandra Regina Uliano; MERCURI, Elizabeth. Cursos Superiores de Tecnologia: um estudo do impacto provocado em seus estudantes. *Boletim Técnico Senac*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 71-79, maio/ago. 2007.

SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 3-11, jan./mar. 2001.

SOUSA, José Vieira. Restrição do público e estímulo à iniciativa privada: tendência histórica no ensino superior brasileiro. In: SILVA, Maria Abádia; SILVA, Ronalda (org.). *A ideia de universidade: rumos e desafios*. Brasília: Líber, 2006. p. 139-178.

SOUSA, José Vieira. Qualidade na educação superior: lugares e sentidos na relação público-privado. *Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 242-256, maio/ago. 2009.

SOUSA, José Vieira. *Educação superior no Distrito Federal: consensos, conflitos e transformações na configuração de um campo*. Brasília: Liber Livro/Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2013b.

SOUSA, José Vieira. Expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil entre 1997 e 2011. In: SOUSA, José Vieira de (org.). *Educação superior: cenários, impasses e propostas*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2013a. p. 183-2.187.

SOUZA, Juliana Brito de. *Política de expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia: nova face da educação profissional e tecnológica*. 2012. 222 fl. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOUZA, Laura Guimarães. Avaliação de políticas educacionais: contextos e conceitos em busca da avaliação pública. In: LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia (org.). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. Salvador: Edufba, 2009. p. 17-29.

SOUZA, Lilian Amaral da Silva; BATTINI, Okçana. A formação por base em competências na educação profissional frente às novas tecnologias. *Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 288-305, mar. 2010.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. Cursos superiores de tecnologia em gestão: reflexões e implicações da expansão de uma (nova) modalidade de ensino superior em administração no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 385-414, 2010.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. Reformulação e expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil: as dificuldades da retomada da educação profissional. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 207-228, set./dez. 2008.

TESSER, Ângela Rangel Ferreira; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. A profissão de tecnólogo: instrumento de intervenção num mundo do trabalho em transformação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2., 2010, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Senep/ Cefet MG, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. *A Implantação dos Cursos Superiores de Tecnologia no CEFET-PR*. 2001. 131 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Unidade Curitiba, Curitiba, 2001.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa; MOREIRA, Herivelto. Tecnologia, educação tecnológica e cursos superiores de tecnologia: uma busca da dimensão cultural, social e histórica. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, p. 187-202, jan./jun., 2002.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Políticas públicas de avaliação da educação superior: conceitos e desafios. *Jornal de Políticas Educacionais*, n. 4, p. 15-23, jul./dez. 2008.

B – Legislação, documentos e outras publicações

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988a.

BRASIL. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 2003.

BRASIL. Decreto nº 1.339, 9 de janeiro de 1905. Declara instituições de utilidade pública a Academia de Comercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caracter oficial; e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1905.

BRASIL. Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 20.261, 10 nov. 1926.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, n. 74, p. 7.760, 18 abr. 1997a.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 17.991, 20 ago. 1997b.

BRASIL. Decreto nº 2.406, de 19 de dezembro de 1997. Amplia o raio de atuação dos CEFETs, cursos de formação de professores e especialistas e programas especiais de formação pedagógica para as disciplinas de educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 nov. 1997c.

BRASIL. Decreto nº 3.501, de 12 de junho de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 13 jun. 2000a.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. (Revogado pelo Decreto nº 5.773, de 2006). Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1E, p. 67, 10 jul. 2001a.

BRASIL. Decreto nº 4.727-A, de 23 de agosto de 1923. Equipara os diplomas da Academia de Ciências Commerciaes de Alagôas e de outras instituições, aos da Academia de Commercio do Rio de Janeiro e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 24.869, 9 set. 1923.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 18, 26 jul. 2004b.

BRASIL. Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 7, 29 jul. 2004c.

BRASIL. Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 3, 4 out. 2004d.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 6, 10 maio 2006a.

BRASIL. Decreto nº 57.075, de 15 de outubro de 1965. Dispõe sobre o funcionamento dos cursos de engenharia de operação em estabelecimento de ensino de engenharia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 10.705, 20 out. 1965a.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 6, 25 abr. 2007b.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 7, 25 abr. 2007c.

BRASIL. Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 17 maio 2011a.

BRASIL. Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 15, 6 mar. 2012b.

BRASIL. Decreto nº 74.708, de 17 de outubro de 1974. Concede reconhecimento aos cursos Técnicos de nível superior em Construções Civas e de Mecânica, ministrados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo, mantida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 11.951, 18 out. 1974a.

BRASIL. Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção, 1, p. 18, 20 jun. 2014c.

BRASIL. Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e retribuição de cargos e empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 11.768, 24 jul. 1987.

BRASIL. Decreto nº 97.333, de 21 de dezembro de 1988. Autoriza o funcionamento do curso superior de tecnologia em Hotelaria, do Instituto Superior de Hotelaria e Turismo, em São Paulo, Estado de São Paulo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 25.121, 22 dez. 1988b.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.418, de 10 de abril de 1973. Dá denominação ao Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e altera a constituição de seus cursos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 11.473, 4 set. 1973a.

BRASIL. Decreto-lei nº 20.925, de 14 de maio de 1967. Institui garantias de exercício profissional legal aos Engenheiros de Operação formados. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 251, 14 jan. 1967a.

BRASIL. Decreto-lei nº 241, de 28 de fevereiro de 1967. Inclui entre as profissões cujo exercício é regulado pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, a profissão de engenheiro de operação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 2.438, 28 fev. 1967b.

BRASIL. Decreto-lei nº 547, de 18 de abril de 1969. Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 3, p. 3.377, 22 abr. 1969.

BRASIL. Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000. Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Edição Extra, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2000b.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 10 jan. 2001b.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 13 jul. 2001c.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, p. 3-4, n. 72, 15 abr. 2004e.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 232, 3 dez. 2004f.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 7, 14 jan. 2005a.

BRASIL. Lei nº 11.195, 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Edição Extra, Seção 1, p. 1, 18 nov. 2005b.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 5, 17 jul. 2008a.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2008b.

BRASIL. Lei nº 3.552, 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 3.009, 17 fev. 1959.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 1961, retificado em 28 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 10.369, 29 nov. 1968.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 6.377, 12 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 29 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 10.233, 4 jul. 1978.

BRASIL. Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 8.929, 1 jul. 1993a.

BRASIL. Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 set. 1993b. (Retificado em 1 out. 1993).

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 18.882, 9 dez. 1994a.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Edição Extra, 25 nov. 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, n. 248, p. 27.833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 29, 28 maio 1998a.

BRASIL. Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Edição Extra, Seção 1, p. 1, 24 nov. 1999a.

BRASIL. Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 27 set. 2004g.

BRASIL. Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 15.799, 19 out. 1994b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Aviso Ministerial nº 120, de 5 de outubro de 2000*. Apresenta proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, nos termos da Lei Federal nº 9.131, de 25 de novembro de 1995. Brasília: MEC, 2000c.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 1.060, que trata da formação de técnicos de nível superior, Universidade Federal do Espírito Santo em convênio – Projeto encaminhado pelo Departamento de Assuntos Universitários. *Documenta*, Brasília, n. 193, dez. 1973b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 209, de 6 de junho de 1967, que trata da expansão do Ensino Superior no País. *Documenta*, Brasília, n. 87, p. 34-39, jun./jul. 1967c.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 25, que trata do currículo dos cursos de Engenheiros de Operação. *Documenta*, Brasília, n. 34, fev. 1965b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 278, que trata do Plano de curso técnico de nível superior do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo. *Documenta*, Brasília, n. 113, abr. 1970.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 280, que trata dos currículos mínimos para os cursos de engenharia. *Documenta*, Brasília, n. 10, dez. 1962a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 4.434, que trata da caracterização de nova habilitação do curso de Engenharia. *Documenta*, Brasília, nº 152, jul. 1976a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 58, que trata do concurso de habilitação aos cursos superiores. *Documenta*, Brasília, n. 4, jun. 1962b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 60, que aprova a criação do curso de Engenharia de Operação. *Documenta*, Brasília, n. 12, mar. 1963.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 862, que trata da designação de técnicos em engenharia de operações em substituição a de engenheiros de operação. *Documenta*, Brasília, nº 41, set. 1965c.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 12, de 30 de dezembro de 1980*. Dispõe sobre a nomenclatura dos CST nas áreas de engenharia, ciências agrárias e ciências da saúde. Brasília: MEC/CFE, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 17, de 9 de maio de 1977*. Fixa normas para a aprovação de cursos. Brasília: MEC/CFE, 1977a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 4, de 1977*. Caracteriza a habilitação de Engenheiro Industrial. Brasília: MEC/CFE, 1977b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 48, de 27 de abril de 1976*. Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Graduação em Engenharia. Brasília: MEC/CFE, 1976b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 5, que revoga o currículo mínimo do curso de Engenharia de Operação. *Documenta*, Brasília, n. 195, fev. 1977c.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 55, de 5 de novembro de 1976*. Fixa os currículos mínimos de conteúdo e de duração do curso de tecnólogo em processamento de dados. Brasília: MEC/CFE, 1976c.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer nº 16, de 5 de outubro de 1999*. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: MEC/CNE/CEB, 1999b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 4, de 3 de dezembro de 1999*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: CNE/CEB, 1999c.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 17, de 3 de dezembro de 1997*. Dispõe sobre as Diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional. *Documenta*, Brasília, n. 435, dez. 1997d.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 277, de 7 de dezembro de 2006*. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Brasília: MEC/CNE/CES, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 436, de 5 de abril de 2001*. Trata dos Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1E, p. 67, 6 abr. 2001d.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 670, de 6 de novembro de 1997*. Trata dos Cursos Sequenciais no Ensino Superior. *Documenta*, Brasília, n. 434, nov. 1997e.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 776, de 3 de dezembro de 1997*. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. *Documenta*, Brasília, n. 435, dez. 1997f.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 1, de 27 de janeiro de 1999. Dispõe sobre os cursos sequenciais de educação superior, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.394/96. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 13, 3 fev. 1999d.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 29, de 3 de dezembro de 2002. Trata das diretrizes curriculares nacionais no nível de tecnologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2002a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Parecer nº 95, de 2 de dezembro de 1998*. Regulamentação de Processo Seletivo para acesso a cursos de graduação de Universidades, Centros Universitários e Instituições Isoladas de Ensino Superior. Brasília: MEC/CNE/CP, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Parecer nº 98, de 6 de julho de 1999*. Regulamentação de Processo Seletivo para acesso a cursos de graduação de Universidades, Centros Universitários e Instituições Isoladas de Ensino Superior. Brasília: MEC/CNE/CP, 1999e.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 162, 23 dez. 2002b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 31, de 17 de fevereiro de 2005. Estabelecer os procedimentos para a organização e execução das avaliações externas das Instituições de Educação Superior (IES) para fins de credenciamento e reconhecimento [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 34, Seção 1, p. 15, 21 fev. 2005c.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Trabalho. *Portaria Interministerial nº 1.018, de 11 de setembro de 1997*. Cria o Conselho Diretor do Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP. Brasília: MEC/MTb, 1997g.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.005, de 10 de setembro de 1997*. Implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP. Brasília: MEC, 1997h.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.024, de 11 maio de 2006*. Dispõe que o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia estará disponível no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação para consulta da sociedade civil e da comunidade acadêmica a partir da publicação desta Portaria, pelo prazo de 30 (trinta) dias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 11, 12 maio 2006c.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.053, de 12 de setembro de 2016*. Institui a Comissão Intersetorial encarregada de realizar os ajustes do inteiro teor da Portaria MEC nº 386, de 2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 176, Seção 1, p. 20, 13 set. 2016a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.647, de 25 de novembro de 1999*. Dispõe sobre o credenciamento de centros de educação tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, p. 21, 26 nov. 1999f.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.741, de 12 de dezembro de 2011*. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, p. 45, 13 dez. 2011b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006*. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília: MEC, 2006d.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 282, de 29 de dezembro de 2006*. Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 2, Seção I, 3 jan. 2007 [2006e].

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 386, de 10 de maio de 2016. Aprova, em extrato, indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 89, Seção 1, 11 maio 2016b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 441, de 9 de dezembro de 1974*. Cria Comissão Especial para revisão da oferta de cursos de engenharia operacional pelas Escolas Técnicas Federais. Brasília: MEC, 1974b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 10.012, 15 maio 1997i.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006. Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, § 1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, n. 156, p. 10, 15 ago. 2006f.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 3, de 1º de abril de 2008. Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) no ano de 2008 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, 2 abr. 2008c.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, 13 dez. 2007d.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 1.334, de 21 de dezembro de 1994. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, versão 94, para uso em todo território nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 20.388, 23 dez. 1994c.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 74-75, 10 out. 2002c.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-lei de 6 de outubro de 1969. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, Poder Executivo, n. 79, p. 191, 7 out. 1969.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976. Cria a Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 21, Poder Executivo, p. 1, 31 jan. 1976.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif

Expansão dos cursos superiores de tecnologia no Brasil

Uma análise das tendências e controvérsias no período pós-LDB nº 9.394/96 (1997-2012)

Os textos que compõem este livro apresentam e analisam os resultados de estudo sobre a expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil (CSTs), buscando investigar as principais características dessa expansão pós-Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, no período compreendido entre 1997 e 2012. A investigação foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (Gepaes), vinculado à linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação (Poge) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Brasília (UnB), que tem como principal foco de debate as políticas de avaliação da educação superior brasileira.

O recorte temporal eleito traduz a preocupação da pesquisa em examinar a dinâmica assumida pela oferta dos CSTs na fase posterior à publicação da LDB nº 9.394/96, considerando a flexibilização apontada por essa lei para a diversificação de instituições e cursos superiores no país. Sob esse ângulo, a investigação busca compreender as tendências, controvérsias e motivações que explicam o processo expansionista desses cursos, à luz da política educacional definida para a educação superior brasileira, no período estudado.



EDITORA



UnB